

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 1395

Data: 21.11.85

Pg.: _____

Colonos de Sede Trentin preparam uma caravana para depor na CPI

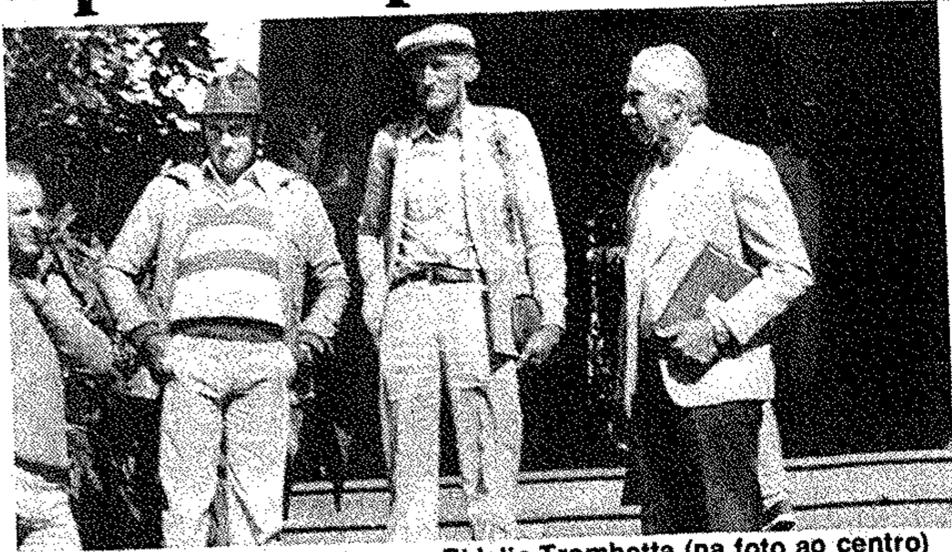
Chapeco — Os agricultores de Sede Trentin estão se preparando para ir a Florianópolis, na próxima semana, prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda o conflito de posse de terras naquela localidade. Os colonos prestarão declarações na terça-feira e, no mesmo dia, a CPI ouvirá os dirigentes da Fundação Nacional do Índio — Funai.

Em Sede Trentin, comunidade rural do município de Chapeco, convivem 150 famílias de agricultores e 18 famílias de caingangues, ocupando uma área total de 1.885 hectares. O Governo da União decidiu em setembro transferir 912 hectares aos índios caingangues por considerá-los imemoriais possuidores das áreas atualmente ocupadas pela colonização branca. Com isso, 40 famílias de produtores rurais e 27 famílias de agregados terão que deixar a área para locais de assentamento que o Incra está providenciando mediante desapropriação no município de Chapeco.

Os deputados catarinenses entenderam que os fatos que envolvem o conflito de Sede Trentin não estavam bem elucidados e decidiram criar na Assembleia Legislativa uma CPI destinada a investigar o problema. A CPI foi proposta pelo Deputado Hugo Bihel, que a preside, e é constituída pelos parlamentares Iraí Zilio (PMDB) que atuará como relator, Bulcão Vianna (PFL), Eloy Ranzi (PDS) e Admir Bortolini (PMDB). A comissão foi instalada terça-feira na Assembleia e terá 180 dias para apresentar suas conclusões, não computando nesse prazo o período de recesso parlamentar.

A porta-voz da comunidade de Sede Trentin, Ivani Trombetta revelou ontem que os colonos vão à CPI relatar os fatos de sua chegada à região, instalação, ocupação e transformação de Sede Trentin em processo que se iniciou há cerca de 40/50 anos. "Vamos contar a já conhecida história de Sede Trentin, arregimentando provas testemunhais e documentais que provam que a ocupação das terras foi pacífica e legal", antecipa.

O Prefeito de Chapeco, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Ru-



Os colonos serão liderados por Fidelis Trombetta (na foto ao centro)

rais e o presidente do Sindicato Patronal Rural bem como as cooperativas de produção agrícola aprovam e apóiam a instalação da CPI. Eles querem que a CPI investigue e pesquise todas as versões, informações e provas sobre a localidade, emitindo ao final conclusões equilibradas que retratem a verdade sobre sua ocupação e desenvolvimento. Todos acreditam que as comissões técnicas enviadas pelo Governo Federal para colher subsídios sobre Sede Trentin levaram à Brasília um quadro distorcido e parcial da situação. O Prefeito Ledônio Migliorini, que teve acesso a um dos relatórios da comissão sobre a área, qualificou-o de incompleto, distorcido e totalmente divorciado da realidade que pretendia retratar.

Os agricultores tem esperança que a CPI consiga sustar a decisão federal de transferir metade das terras aos índios. Essa esperança se baseia no fato de que a União ainda não decretou a retirada dos colonos das terras e pela iniciativa da CPI em pedir ao Presidente da República que suspenda qualquer providência definitiva sobre a área até que sejam concluídos os trabalhos de inquérito.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Deputado Hugo Bihel comunicou ontem que requereu à Procuradoria Geral do Estado a assessoria de técnicos e cópia dos documentos em poder daquele órgão sobre

Sede Trentin. A partir de terça-feira, a CPI começa a ouvir os agricultores, a Funai, os indigenistas, os caingangues, os cientistas sociais e as autoridades do Oeste.

PROCURA CONTÍNUA

Em Chapeco, o Projeto Fundiário de Santa Catarina (órgão regional do Incra) continua desenvolvendo trabalhos para identificar, selecionar e propor a desapropriação de 1.300/1.500 hectares de terras destinados ao assentamento das 67 famílias que deixarão Sede Trentin para ceder as propriedades aos índios. A tarefa está em adiantado estágio e o órgão já encaminhou à Brasília a relação de áreas sobre as quais propõe desapropriação parcial. Houve oferta de áreas para aquisição pela União mas, mesmo assim, o Incra selecionou propriedades privadas não oferecidas, para possível desapropriação.

O presidente do Sindicato Patronal Rural de Chapeco, Valmor Lunardi advertiu que a entidade está vigilante e não aceitará a desapropriação de áreas produtivas e racionalmente exploradas. Lembrou do compromisso do Presidente da república e das disposições em Lei segundo as quais terras produtivas não serão objeto de expropriação. Observou, contudo, que a ação do Incra vem sendo conduzida em regime de sigilo o que impede atitudes preventivas.

Sem-terras permanecem em vigília no Incra

Chapeco — Os trabalhadores rurais sem terra do Oeste mantêm vigília permanente no escritório local do Incra. Ontem eles decidiram que a partir de agora permanecem dia e noite na sede do Instituto. Querem agilização no processo de desapropriação de mais áreas e o assentamento definitivo das famílias de acampados. Os Sem Terra, entre 20 e 25 pessoas, trouxeram alimentação e colchões até a sede do Incra e ali permanecerão até que o Governo atenda as reivindicações, asseguraram ontem à tarde.

A direção central do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, recomenda a direção regional em Chapeco que haja clima cordial entre os sem terra que ocuparam o prédio. "Queremos que haja bom entendimento", afirmou o executor regional do Incra, em Chapeco, Aedmar Paulo Simon.

Simon informou ontem que o Incra emitiu posse quarta-feira, de uma área com extensão de 5.536 hectares, no município de Itaipópolis. Essa terra servirá para o assentamento de 350 famí-

lias. O trabalho deverá iniciar imediatamente. O executor disse ainda que o superintendente do Incra em Santa Catarina, Valdir Colatto, determinou a ida à Brasília do Procurador do Instituto, Antonio Brancutti, onde deverá "acompanhar de perto os trâmites dos processos de desapropriação". Além disso o procurador do Incra procurará agilizar os trabalhos. "Ele vai dar um empurrão", explicou Simon.

Na manhã de hoje, Valdir Colatto manterá uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro, para tratar exclusivamente de dois assuntos: a agilização das desapropriações e atendimento dos demais pedidos que fazem os trabalhadores rurais sem terra e do caso Sede Trentin.

Além da definição da emissão de posse das áreas desapropriadas em São José do Cedro, Itaipópolis e Abelardo Luz, os sem terra querem que o Incra providencie o impedimento da depredação das áreas. Segundo os acampados, os ex-proprietários das terras estão devastando toda a cober-

tura verde nos três municípios. Outra reivindicação é que o Governo promova novas desapropriações e que seja respeitada a organização do movimento para assentamento. Querem estradas, moradias com mínimas condições, saúde aos acampados, alimentação e que o IBDF fiscalize e coíba a retirada de madeira das terras que estão sendo destinadas aos acampados.

Os trabalhadores rurais querem a agilização dos processos porque temem que tudo ficará para o ano que vem, já que o ano de 85 está prestes a findar e nessa época os organismos praticamente param suas atividades devido as festividades de final de ano. Os acampados não admitem serem relegados a segundo plano, ficando abandonados sem assistência nenhuma.

Ontem mesmo o projeto fundiário do Incra em Chapeco atendeu algumas das reivindicações enviaram material de infra-estrutura e providenciou fiscalização para as áreas, evitando que os produtores rurais continuem retirando madeira das terras.